

# Transformações produtivas no Uruguai: o impacto na estrutura agrária e na distribuição populacional (1963 - 1997)

Juan Romero\*

**Resumo:** O trabalho apresenta as principais tendências geradas pelas transformações produtivas na estrutura agrária e na distribuição espacial da população nas últimas três décadas. Na primeira parte, analisamos a “Modernização Agrária no Uruguai” e as definições conceituais sobre esse tema, como também suas principais características. Na segunda parte, intitulada “Observando Trinta Anos Depois”, apresentamos a evolução da estrutura agrária e suas principais tendências, assim como algumas das consequências que esse novo modelo trouxe para a distribuição espacial da população uruguaia. Por último, as conclusões do trabalho.

**Palavras-chave:** sociologia rural; sociologia dos processos agrários; modernização agrária; transformações produtivas na América Latina e impactos da modernização agrária no Uruguai.

\* Professor da Unidad de Estudios Regionales da Facultad de Ciencias Sociales da Universidad de la República, Uruguay. Mestre pelo Programa de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

\*\* Gostaria de agradecer os comentários e sugestões do professor Maurício Tibio.

## A modernização agrária no Uruguai\*\*

### 1. Definições conceituais

**N**a América Latina, nas últimas décadas, as mudanças acontecidas no cenário agropecuário têm apresentado como vetor principal a modernização de sua estrutura produtiva. Ora,

quando falamos de modernização ou processos de modernização, fazemos referência a quê? Nesse sentido, concordamos com o professor Piñeiro, D. Os processos de modernização são “...processos que promovem o desenvolvimento das forças produtivas e a expansão e penetração do capitalismo agrário, deslocando outras formas de produção (como a agricultura familiar) ou formas de capitalismo pouco intensivo, como a fazenda de criação de gado”. (PIÑEIRO, 1991: 11)

Dessa forma, entendemos que os processos como a diminuição do tempo de trabalho morto na produção agropecuária via incorporação tecnológica de capital intensifica o tempo de uso da força de trabalho, acelerando o desenvolvimento das forças produtivas e mudando as relações sociais de produção no espaço social rural.

Por outro lado, tais mudanças indicam novos padrões da produção agropecuária com ênfase na agroexportação, liberalização do mercado de terras, aumento da mão-de-obra assalariada, aparecimento de novos atores sociais, como as associações empresariais e de novos produtos exportáveis, a articulação entre o capital agrário e o capital industrial na conformação dos complexos agroindustriais.

Nesse processo observam-se através do tempo, na América Latina, dois grandes momentos. O primeiro, na denominada Revolução Verde, que se desenvolveu durante o período do pós-guerra e consistiu na incorporação de fertilizantes, sementes de alta produtividade, agroquímicos, tratores, colheitadeiras etc. Quer dizer, tudo isso formava parte de um só “pacote” tecnológico de produção, integrado e controlado na aplicação desses insumos com o propósito de aumentar a produtividade.

A Revolução Verde, em um primeiro momento, representa uma das principais direções dos capitais no setor agrário, com o fim de transplantar produtos de outras regiões a climas tropicais e subtropicais por meio da “*difusão internacional das técnicas de pesquisa agrícola, o que indica uma maior homogeneização do processo de produção agrícola em função de um conjunto compartilhado de práticas agronômicas e de insumos industriais genéricos*”. (GOODMAN, SORJ Y WILKINSON, 1990: 34)

Mais recentemente, desenvolveu-se uma combinação entre o capital agrário e o capital industrial, o que promoveu os denominados

Transformações produtivas no Uruguai: o impacto na estrutura agrária e na distribuição populacional (1963-1997)  
Juan Romero

complexos agroindustriais, pelos quais se consolidam a *modernização e industrialização* da agricultura, como esfera em que se configura o avanço das relações capitalistas na agricultura e pela qual se materializa a subordinação definitiva do trabalho ao capital (TUBÍO, M., 1998).

Em resumo, observa-se no fim do século um novo cenário agrário latino-americano do qual o Uruguai não fica fora das principais tendências, as quais podem se resumir em: agroindustrialização da produção que liga os países com o mercado externo e as novas problemáticas que isso significa; transnacionalização do capital no processo de produção em oposição à aplicação do capital nacional no processo de substituição de importações, aceleração das mudanças tecnológicas e as ferramentas difusoras do mesmo. O ator emergente que levou adiante essas mudanças foi o empresário ligado aos complexos agroindustriais. Já a outra face do processo de transformações significou a exclusão dos agricultores familiares e a constituição dos trabalhadores assalariados rurais em um grupo social empobrecido (PIÑEIRO, 1996; GÓMEZ Y KLEIN, 1993; KAY, 1997; TUBÍO, 1998).

Por último, pensamos que Kay C. resume de forma precisa os fenômenos desenvolvidos anteriormente, assinalando que eles, além de caracterizar o setor agropecuário latino-americano, não tiveram como resultado um desenvolvimento homogêneo nos diferentes países. Nesse sentido, esse autor diz o seguinte: "*O incremento das transformações capitalistas no meio rural, com as mudanças na estrutura de posse da terra seguidas pelas reformas e contra-reformas agrárias, tem significado a reestruturação das relações técnicas e das relações sociais. Temos observado a influência da expansão e do domínio das grandes agroindústrias, seguidos do crescimento da agricultura de exportação na nova configuração dos mercados de trabalho rurais e nas relações de produção dos vários países latino-americanos*". (KAY, 1997: 8)

## 2. Características principais

Existe amplo consenso técnico e acadêmico de que o setor agropecuário uruguai sofreu nas últimas três décadas uma importante

transformação produtiva como resultado da introdução de novas áreas de produção e da crescente integração agroindustrial, o que significou a acelerada incorporação de mudanças tecnológicas. Esse processo foi denominado por vários pesquisadores como processo de modernização agrária<sup>1</sup>. Embora esse fenômeno apresente a característica particular de se desenvolver fora do setor tradicional de produção de carne e lã, manteve as principais formas de produção desde a metade do século passado, o que gerou algumas variações estacionais e sua estagnação a longo prazo (RIELLA, A.; ROMERO, J. Y TUBÍO, M.: 1999).

Esse duplo movimento do setor se caracterizou por um quadro de aparente estagnação produtiva, o que oculta duas realidades diferenciadas: “(...) a estagnação da produção hegemônica (de carne e lã), a pecuária, e o crescimento bastante dinâmico de uma série de complexos agroindustriais vinculados a mercados externos” (PIÑEIRO, 1992: 30).

Embora esse contexto não tenha significado um freio à modernização agrária, gerou uma série de importantes transformações na estrutura agrária, no mercado de emprego, nos grupos sociais, em facções e classes sociais vinculados ao setor. As mudanças ocorridas provocaram uma nova articulação entre a sociedade rural e a sociedade urbana, o que coloca para os analistas uma nova questão: repensar a ruralidade.

A profundidade das mudanças colocou em evidência a relação existente entre o desenvolvimento social e econômico das diferentes regiões do país, com a magnitude e característica do desenvolvimento do processo de modernização agrária. Além disso, não são muitos os estudos sobre essa temática e os que foram feitos tiveram uma ênfase setorial, o que não é suficiente para compreender de forma mais abrangente as relações entre modernização agrária e desenvolvimento social nas diferentes regiões do país onde esses processos se dão (RIELLA, A.; ROMERO, J. Y TUBÍO, M.: 1999).

As mudanças tiveram início na década de 1970, quando os produtos ligados aos complexos agroindustriais foram fortemente apoiados pelo Estado por meio de uma política agrária ativa na promoção das exportações não tradicionais. Nesse período, a

<sup>1</sup> Define-se modernização agrária segundo Piñeiro, op. cit.

agroindústria – no que se refere a bens agrícolas, pesquisa e transferência tecnológica – teve grandes investimentos, principalmente nos setores ligados à produção de arroz, soja, cítricos, laticínios, cevada para cerveja e, nos últimos tempos, o reflorestamento. Isso possibilitou importantes ganhos na produtividade da terra e do trabalho de forma permanente. Esse tipo de apoio por parte do Estado, durante o governo da ditadura militar iniciada em 1973, promoveu um novo modelo social e econômico que procurava gerar as condições necessárias para restaurar a acumulação de capital, que sofreu sérias dificuldades nos anos anteriores.

Astori (1981) assinala que o período 1974-1981 foi caracterizado pelo reajuste das condições de produção e distribuição dos ganhos obtidos e pela reinserção do país no mercado mundial. O modelo neoliberal teve sucesso nos primeiros seis anos, ao dinamizar o país que havia estagnado durante a década anterior; o desenvolvimento econômico medido através do produto interno bruto cresceu no período 5%, percentagem superior aos 0,3% do período 1961-1968 e aos 1,9% medidos entre 1968 e 1973 (MACADAR, 1981).

Mas esse crescimento não se apoiou na agricultura, e sim na construção, na indústria e no comércio. Também aconteceram mudanças na forma de inserção do Uruguai no mercado mundial. As exportações aumentaram de US\$ 382 milhões em 1974 para US\$ 1.058 milhões em 1980, e se superou assim o limite dos US\$ 200 milhões em exportações dos anos anteriores, apoiado na produção de carne e lã.

Foram responsáveis por essas mudanças os produtos não tradicionais<sup>2</sup>, que representavam 38% do total das exportações em 1974 e seis anos depois significavam 60% (MACADAR, 1981: 291). As importações também cresceram no período 1974-1980: em 1974, o valor aproximado foi de U\$S 400 milhões e, em 1980, o valor foi de US\$ 1.027 bilhões, o que provocou um sério déficit na balança comercial (MACADAR, 1981: 294).

O crescimento das importações foi estimulado pela diminuição das taxas alfandegárias, pela diferença de câmbio entre o peso uruguai e o dólar (o valor do peso era superior ao valor do dólar) e pela

dependência na compra do petróleo (PIÑEIRO, 1985). Nesse sentido diz Piñeiro:

*"O déficit na balança comercial aumentou pelo pagamento de royalties e juros, e especialmente pelo pagamento de juros e amortizações da dívida externa. Esse déficit se equilibrou com novos créditos de bancos privados, do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. A dívida externa em dólares correntes cresceu três vezes entre 1973 e 1980 e chegou neste ano ao recorde de 2 bilhões de dólares."* (MACADAR, Apud PIÑEIRO, 1985: 68)

Outra característica desse período é o aumento na importância do sistema bancário e financeiro. Os bancos e instituições semelhantes cresceram em função dos importantes ganhos obtidos pela diferença entre as taxas passivas e ativas dos juros aplicados ao capital. Entre os instrumentos da política macroeconômica, podemos mencionar a utilização artificial do tipo de câmbio, que tinha como objetivo valorizar o peso em relação ao dólar. No entanto, esse expediente provocou um efeito contrário, a sobrevalorização do dólar. No início, a diferença foi pequena, mas chegou a ser significativa em 1982, gerando sérias consequências para a economia nacional, com ênfase no setor agropecuário.

Astori (1981) assinala que provavelmente esse modelo alcançou um dos seus principais objetivos: a taxa de retorno do capital investido aumentou nesse período. A taxa média cresceu de 5,7% em 1973 para 8,7% em 1979 (PIÑEIRO, 1985); o retorno foi favorecido pela perda dos salários medidos em termos constantes. Analisados os salários de 1970 com base 100, dez anos depois o valor real dos salários cai 57% (MELGAR, 1981). De forma semelhante, Faroppa (1982) avalia que o aumento da taxa de retorno no capital investido foi favorecido graças ao empobrecimento dos trabalhadores assalariados.

*Em resumo*, o processo de modernização agrária se intensifica e é promovido pelo Estado quando se consolida um novo modelo de acumulação baseado na política neoliberal. Esse novo cenário gera fortes impactos nos atores que cresceram e se consolidaram

Transformações produtivas no Uruguai: o impacto na estrutura agrária e na distribuição populacional (1963-1997)  
Juan Romero

<sup>2</sup> Como itens tradicionais são considerados a carne e a lã. Os produtos não-tradicionais seriam os outros itens da agropecuária.

no modelo econômico e social anterior e inaugura uma nova configuração do setor agropecuário uruguai, com novos atores e consequências sociais e econômicas.

## Observando trinta anos depois

### Evolução da estrutura agrária – principais tendências

*Número de unidades agropecuárias por tamanho da exploração e superfície exploradora*

Tamanho da propriedade	Número de explorações em absolutos				Número de explorações em percentagem				Superfície explorada (%)			
	1970	1980	1990	1997*	1970	1980	1990	1997*	1970	1980	1990	1997*
- 200 hectares	62842	53893	40113	30674	81,4	78,8	73,1	67,5	13,1	13,1	11,4	11,0
200 a 999	10360	10574	10673	11028	13,4	15,4	19,4	24,2	28,5	30,3	31,1	38,0
1.000 e +	3961	3895	4030	3765	5,1	5,6	7,3	8,3	58,4	56,6	57,5	51,0
<b>Total</b>	<b>77163</b>	<b>68362</b>	<b>54816</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>

*Fonte: Censo General Agropecuario 1970, 1980 e 1990.*

\* Não foram inseridos os produtores leiteiros no universo do estudo.

A leitura do quadro confirma que as mudanças produtivas e econômicas geraram importantes transformações e também permanências na forma da distribuição social da terra. Essas transformações indicam que a lógica do processo de modernização impulsiona a concentração dos recursos produtivos, gerando uma forte diferenciação entre os pequenos e médios produtores, castigando especialmente a produção familiar, o que levou à exclusão da maioria do processo de modernização.

Como resultado, a estrutura agrária mudou de forma considerável: forte redução do número de estabelecimentos em mais de um terço (34,56%) entre 1970 e 1997. Em termos absolutos, desapareceram no período mencionado 32.168 produtores, dos quais a maioria tinha menos de 200 hectares. No entanto, verifica-se importante aumento dos produtores médios ( $>200$  e  $<900$  hectares) com relação à propriedade de terra, e mantém-se o índice referente aos grandes proprietários de terras ( $>1.000$  hectares)<sup>3</sup>.

Por outro lado, observa-se entre 1970 e 1997 que os pequenos produtores recuam quase 14% e detêm apenas 2,1% da propriedade da terra; enquanto que os produtores médios aumentam quase 11% – quase o dobro – e, no que concerne à propriedade da terra, passam a ter um crescimento de 9,5%. Por sua vez, os grandes produtores crescem 3,2%, mas diminuem 7,4% no que tange à propriedade da terra.

A partir da ditadura militar, por meio de políticas específicas, a política do governo impactou nos preços dos produtos da cesta básica. Foram mais significativas as consequências entre os produtos hortícolas, já que eles se encontram mais ligados ao mercado. A produção hortícola foi uma das que mais geraram transferências de excedentes para os setores priorizados pela política neoliberal. A política neoliberal não tinha como principal objetivo uma maior extração de excedente dos agricultores familiares. Sua prioridade era a extração de mais-valia relativa e absoluta dos trabalhadores assalariados. O que aconteceu com os agricultores familiares foi um “efeito secundário”. Para alcançar esse objetivo, o custo de reprodução dos assalariados devia diminuir, o que significava a redução dos preços de determinados alimentos da cesta básica no mercado interno. Essa situação causou um efeito devastador entre os agricultores familiares, ocasionando enorme redução desses produtores.

Entretanto, as políticas que promoviam a exportação de produtos não-tradicionalis tiveram maior impacto nos produtores médios. Isso significou um aumento nas áreas e na intensidade de utilização das terras cultivadas. Esse fenômeno ocorreu, por exemplo, na produção de arroz, de cítricos, cevada e laticínios e no setor de reflorestamento. Com respeito aos grandes produtores,

Transformações produtivas no Uruguai: o impacto na estrutura agrária e na distribuição populacional (1963-1997)  
Juan Romero

<sup>3</sup> Utilizamos como indicador dessa situação o índice de Gini (0,31) para os dados oficiais do Censo Agropecuário de 1990.

o impacto foi menor, já que eles se encontram mais ligados à tradicional estrutura de pecuária extensiva.

*Em resumo*, durante esse período inicia-se e consolida-se um novo modelo produtivo no país, o qual colocou como uma de suas metas garantir as margens de lucro ao capital disposto a investir no Uruguai a fim de mudar a situação de estagnação produtiva. Para isso, deviam reduzir os custos de produção – um deles, os salários dos trabalhadores –, diminuir os preços de certos alimentos da cesta básica e promover a progressiva liberalização das taxas alfandegárias. Essas medidas resultaram em uma enorme diminuição do número de agricultores familiares. Por outro lado, intensifica-se a promoção de um país agroexportador, ampliando o amparo à produção e à exportação de produtos agropecuários não-tradicionais, que tiveram inclusive crescimentos espetaculares no que diz respeito ao arroz, cítricos, florestação, cevada e laticínios. Esse empreendimento foi implementado na forma de gestão empresarial do estabelecimento agropecuário e na utilização da propriedade da terra. Esta última situação pode ser observada na evolução da estrutura agrária desde 1970 até os anos finais da década de 90.

Quais foram os impactos dessas transformações?

De forma geral, a América Latina e o Uruguai não ficam fora dessa tendência. O processo de modernização da agricultura tem efeitos regressivos na propriedade da terra e na conservação dos recursos naturais.

Há um processo de concentração da propriedade e da produção agrícola. Seu principal efeito foi a expulsão de pequenos produtores e camponeses, tendo como consequências maior pobreza, migração e exclusão social.

*Com esse processo de modernização da agricultura, o setor torna-se cada vez mais dependente dos mercados extra-regionais e externos, com relação ao acesso a crédito, tecnologia e matéria-prima (VAN DAM, CH., 1999: 9).*

Número de habitantes	1963				1996			
	População	%	Nº de localidades	%	População	%	Nº de localidades	%
< 1.000 habitantes	69.968	5,0	348	77,0	84.803	4,4	292	64,0
1.001 a 2.500	70.851	5,0	43	9,0	106.341	5,5	66	15,0
2.501 a 5.000	79.788	5,7	24	5,0	113.387	6,2	31	7,0
5.001 a 10.000	84.365	6,0	13	3,0	179.945	9,3	25	5,0
> 10.001 habitantes	617.424	44,3	27	6,0	1.139.223	59,4	40	9,0
População rural	468.513	34,0	X	X	291.686	15,2	X	X
Total (*)	1.390.909	100,0%	454	100,0%	1.915.385	100,0%	454	100,0%

(\*) Fica fora da análise a capital do país, Montevidéu.

Observa-se que o estrato de menos de 1.000 habitantes representava 77,0% do total das localidades e 5,0% da população em 1963. Já em 1996, esse mesmo estrato representa 64,4% e 4,4%, respectivamente. Nesse caso, existe uma diminuição de 13,0% no total de localidades e de 0,6% na população. O estrato entre 1.001 e 2.500 habitantes representava 9,0% das localidades e 5,0% da população em 1963 e, em 1996, representa 15,0% e 5,5%, respectivamente. Observa-se um crescimento de 6,0% no total das localidades e de 0,5% na população. O estrato entre 2.500 e 5.000 habitantes representava 5,0% do total de localidades em 1963 e já em 1996, representa 7,0%. Isso mostra um crescimento de 2,0% com respeito ao total de localidades, enquanto que, em termos de população, de 5,7% em 1963 passa a 6,2% em 1996, o que significa um crescimento de 0,5%. O estrato seguinte, ou seja, entre 5.001 e 10.000 habitantes, representava, em 1963, 3,0% do total de localidades e em 1996 ele aparece com 5,0%. Observa-se um crescimento da ordem de 2,0% no total de localidades, enquanto que na população o aumento é de 3,3%, já que em 1963 esse estrato

representava 6,0% e, em 1996, 9,3%. Com relação ao estrato de mais de 10.000 habitantes, podemos verificar que, em 1963, o mesmo representava 6,0% do total de localidades e, em 1996, sobe para 9,0%, o que significa um crescimento de 3,0%. No que se refere à população, o mesmo estrato representava, em 1963, 44,3% e em 1996, 59,4%, crescendo 15,0% a população dessas localidades. Para finalizar, a população rural (de acordo com a Lei de Centros Povoados nº 10.723), que em 1963 representava 34,0%, em 1996 cai para 15,2%.

*Em resumo*, consolida-se a tendência urbana da população uruguaia e observa-se, também, um crescimento das localidades rurais urbanizadas. Esse panorama coloca a necessidade de revisão do conceito de população rural tal como estabelece a lei de 1946 e aponta a premência de um redimensionamento do problema social da população rural uruguaia.

Na tabela seguinte, observa-se que há diferentes configurações populacionais nos diversos departamentos<sup>4</sup> do Uruguai. Em alguns, a redução da população rural encontra-se acima da média nacional. Em outros, essa redução está abaixo da média nacional, e em outros a redução praticamente coincide com a média nacional.

Da mesma maneira, em relação ao crescimento da emigração rural no período, há três grupos de departamentos. Em um primeiro grupo, observa-se um crescimento da emigração rural acima da média nacional. Em um segundo estrato, estão departamentos em que o crescimento da emigração rural acompanhou a média nacional; e um terceiro, em que houve um crescimento acima da média. Ao combinar os critérios de emigração rural e redução de pequenos produtores, percebe-se com aproximação o que os impactos do processo de modernização causaram em cada departamento. Com base nesses critérios, pode-se construir uma tipologia para classificar os departamentos de acordo com o impacto do processo modernizador, ou seja, categorias que revelem se o departamento sofreu alto, baixo ou médio impacto, em comparação com a média nacional.

<sup>4</sup> A divisão administrativa do Uruguai é em departamentos, o que corresponde, basicamente, à divisão em Estados no Brasil.

<b>Índice resumo de variação da população rural departamental</b>	<b>Índice resumo da variação negativa do estrato de estabelecimentos com menos de 200 hectares</b>		
	<b>Aumento</b>	<b>Variação média</b>	<b>Redução</b>
<b>Aumento da emigração</b>	Cerro Largo	Rivera San José Tacuarembó	Artigas
<b>Emigração equilibrada</b>	Canelones Colonia Paysandú Florida Lavalleja Maldonado	Rocha Soriano	Salto Río Negro Flores Durazno
<b>Diminuição da emigração</b>			Treinta y Tres

Transformações produtivas no Uruguai: o impacto na estrutura agrária e na distribuição populacional (1963-1997)  
Juan Romero

Observa-se que as transformações agrárias tiveram maior impacto entre os pequenos produtores e não “acentuaram” os processos de emigração rural. Nesse sentido, há cinco departamentos que “aceleraram” o processo, mas se poderia objetar que essa “aceleração” está associada a outros processos de desenvolvimento social e não exclusivamente ao de modernização agrária.

O grupo principal de departamentos que mantiveram a emigração rural na média nacional nos últimos trinta anos apresenta duas características internas com relação ao impacto entre os pequenos produtores. Por um lado, aqueles que apresentam uma perda acima da média nacional e, por outro, os que apresentam uma diminuição abaixo da média.

O último grupo é formado por só um departamento e representa aquele em que a diminuição de pequenos produtores foi em menor grau e abaixo da média nacional, o que também aconteceu com relação à emigração da população rural.

Não é o objetivo deste trabalho desenvolver diferentes tipologias, mas ressaltar que diferentes tipologias apontam para diferentes dinâmicas regionais. A maioria dos departamentos em

que houve crescimento da emigração rural e diminuição média de pequenos produtores encontra-se na região noroeste do país. Entretanto, os que mantiveram os índices de emigração rural e crescimento da diminuição de pequenos produtores acima da média se localizam no sudeste do país, enquanto que o grupo que manteve a emigração rural e a redução de pequenos produtores na média se localizam no litoral-oeste do Uruguai.

Por último, essa tipologia tem a limitação de tratar de forma conjunta processos que podem apresentar diferentes significados, o que levaria a neutralizar seus efeitos. Mas, por outro lado, mostra a complexidade de integração de fenômenos sociais e de seus “efeitos” no desenvolvimento social e na conformação do espaço social rural do Uruguai. Pretende-se com essa tipologia avançar, embora parcialmente, na análise dos impactos da modernização no território uruguai e avaliar as mudanças ocorridas na estrutura agrária e da população rural dos departamentos.

*Em resumo*, o processo de modernização agrária impulsionado a partir da década de 1960 resultou, trinta anos depois, na reestruturação da população rural uruguaia, a qual emigrou para populações com mais de 5.000 habitantes, e no surgimento de novas populações entre 1.001 e 2.500 habitantes, o que constitui uma nova dimensão do espaço social rural. Isso demonstra que há novas dinâmicas regionais diferenciadas com relação a apropriação do processo modernizador em uso e dos valores gerados por esse processo, o que distingue essas regiões não só em função dos aspectos técnicos produtivos, mas também dos processos desiguais de desenvolvimento social.

## Comentários finais

Em resumo, podemos concluir que, por um lado, a estrutura agrária do Uruguai foi impactada de forma desigual. Observam-se a diminuição dos pequenos produtores e o aumento dos produtores médios. Embora, no início, os processos de transformação agrária tenham sido estimulados pelos complexos agroindustriais, não mudaram as relações sociais de dominação no uso e apropriação histórica do fator terra no Uruguai.

Por outro lado, observa-se que as transformações afetaram a distribuição e o agrupamento da população no espaço físico do território uruguai, o que nos coloca hoje a necessidade de um redimensionamento do conceito de população rural, no que tange aos critérios para distinguir o rural do urbano segundo a lei 10.723<sup>5</sup> de 1946.

Observa-se que a modernização implicou a reestruturação do espaço social rural uruguai e transformações desiguais, com desenvolvimentos sociais desiguais em um reestruturado espaço social e territorial do Uruguai. Fica como desafio posterior observar se as mudanças geradas pela modernização agrária se associam ou não ao desenvolvimento social regional; verificar qual é o papel do setor pecuário nessa reestruturação do espaço social rural, procurando saber se esse setor intensifica ou equilibra o processo de emigração; o que consideramos novos atores sociais não seriam atores sociais tradicionais apenas convertidos ao novo fazer produtivo? Isso implicaria refazer a tipologia de mudanças geradas pela modernização agrária. ■

Transformações produtivas no Uruguai: o impacto na estrutura agrária e na distribuição populacional (1963-1997)  
Juan Romero

<sup>5</sup> Em síntese, a lei define o que é rural ou urbano de acordo com o grau de concentração da população.

*Abstract:* The article demonstrates the effects of the productive transformations in the distribution of the population and in the rural structure. It also focuses the rural modernization in Uruguay, the conceptual definitions about the issue and its principal characteristics. Furthermore, the evolution of the rural structure and its main tendencies as well as its consequences for the distribution of the population are shown.

*Uniterms:* rural sociology; agrarian process sociology; agrarian modernization; productive transformations in Latin America; agrarian modernization impacts in Uruguay.

Transformações produtivas no Uruguai: o impacto na estrutura agrária e na distribuição populacional (1963-1997)  
Juan Romero

## Bibliografia

ASTORI, D. *Tendencias Recientes de la Economía Uruguaya*. Montevideo, F.C.U. 1981.

GÓMEZ, Sergio y KLEIN, Emilio (ed). *Los Pobres del Campo. El Trabajador Eventual*. FLACSO, OIT-Prealc. Santiago de Chile, 1993.

KAY, Cristóbal. *Latin America's Exclusionary Rural Development in a Neo-liberal World*. Ponencia presentada al XX Congreso del LASA. Guadalajara, Mexico, 1997.

MACADAR, L. *Uruguay 1974-1980: ¿Un Nuevo Ensayo de Reajuste Económico?* - Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 1982.

MELGAR, A. *Distribución del Ingreso en el Uruguay*. CLAEH, Serie de Investigaciones nº 8, Montevideo.

PIÑEIRO, Diego. *Formas de Resistencia de la Agricultura Familiar. El Caso del Nordeste de Canelones*. CIESU, Montevideo, 1985.

PIÑEIRO, Diego (org.). *Nuevos y no Tanto. Los Actores Sociales para la Modernización del Agro Uruguayo*. Ediciones de la Banda Oriental - CIESU, Montevideo, 1991.

PIÑEIRO, Diego (compilador). *Globalización, Integración Regional y Consecuencias sobre la Agricultura*. Universidad de la República - UNESCO - Asociación de Universidades Grupo Montevideo. Montevideo, 1996.

RIELLA, A; ROMERO, J; TUBIO, M. *Modernización Agraria y Empleo Rural: Un Análisis de sus Interrelaciones Territoriales entre 1970-1990*. Ponencia presentada en el Seminario "Los Cambios en el Empleo Rural del Cono Sur desde una Perspectiva Comparada", agosto de 1999, Salto, Uruguay.

TUBIO, M. *El Impacto de las Transformaciones Agrarias sobre los Trabajadores Rurales: El Caso de los Cosechadores de Citrus del Uruguay*. Ponencia presentada en el V Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología Rural. Texcoco, México. Octubre de 1998.

VAN DAM, Chris. *La Tenencia de la Tierra en América Latina - El Estado del Arte de la Discusión en la Región*. Ponencia para la Iniciativa Global Tierra, Territorios y Derecho de Acceso. UICN/SUR. Roma, agosto de 1999.